



Anais da Assembléia

Número 222

Caritiba, Terça-feira, em 09 de dezembro de 1997

Ano XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Hortício Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zambuso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carábrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmar Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Calazço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Delfio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Hortício Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 137ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk
secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e
Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões, do item 04, 1ª discussão do Projeto de Lei nº 633/97, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, anexação do Projeto de Lei nº 667/97, do Deputado Anibal Khury, que objetiva a regulamentar a substituição tributária em relação às operações relativas à

circulação de mercadorias, ao Projeto de Lei nº 244/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, tendo em vista a identidade da matéria.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3173

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designado pelo Senhor Presidente desta Casa de Leis uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para averiguar denúncias veiculadas pela imprensa contra dois Senhores Parlamentares.

Sala das Sessões, em 08.12.97.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES,

VALDIR ROSSONI,

BASÍLIO ZANUSSO e

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos desta Casa, VOTO DE PESAR, pelo falecimento do Sr. TEOLINDO CORDASSO, ocorrido ontem, no Município de Planalto.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento à Sra. NEIVA CORDASSO e familiares, à Avenida Rio Grande do Sul, nº 1.080, no Município de Planalto-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) CAIO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Residente no Município de Planalto há muitos anos, Teolindo Cordasso foi um dos pioneiros que, juntamente com sua família, muito contribuiu para o desenvolvimento local.

Seu falecimento, ocorrido ontem, vítima de mal súbito, deixa consternados seus familiares e grande número de amigos.

REQUERIMENTO Nº 3183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos Trabalhos da presente sessão, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso do 29º aniversário de instalação do Município de ALTÔNIA.

Requer-se ainda que, da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O surgimento de Altônia deveu-se à Companhia Byington de Colonização Limitada, responsável pela colonização do lugar, antes tomado por extensa floresta, fato que data do ano de 1.953.

Nessa época o território pertencia ao Município de Peabirí, passando depois a pertencer ao Município de Cruzeiro do Oeste e posteriormente à Xambê.

A criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Altônia ocorreu em 10 de setembro de 1.964, através da Lei número 4.925.

Dois anos depois, em 14 de setembro de 1.966, através da Lei Estadual nº 5.394, Altônia foi elevada à categoria de Município, tendo sua instalação oficial ocorrido em 12 de dezembro de 1.968.

REQUERIMENTO Nº 3185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos desta Assembléia Legislativa, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso, no próximo dia 14 de dezembro corrente, do 42º Aniversário do Município de Chopinzinho.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Vanderlei José Crestani, DD. Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial e Industrial do referido município.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Chopinzinho, um dos maiores da região em extensão territorial, localiza-se entre um dos mais lindos vales do sudoeste paranaense.

A história do município é antiga e rica, iniciando-se com a instalação da Colônia Militar de Chopim, em 1882, a qual, numa referência ao Coronel Santiago, ficou conhecida como Colônia Santiago Dantas.

Economicamente, a erva-mate teve relevante importância para a consolidação do povoamento de Chopinzinho. Outro fator desta que, foram as safras criação de porcos, que se firmaram nas frentes de ocupação e colonização. Basicamente, se alternavam: a erva-mate no inverno e a suinocultura no verão, consolidando o município social e economicamente o que se acentuou com a cobertura de estradas de ligação com Manguaçu e Laranjeiras do Sul.

Em 26 de novembro de 1954, pela Lei Estadual nº 253, sancionada pelo então Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, foi criado o Município de Chopinzinho, cuja instalação deu-se em 14 de dezembro de 1955.

Ao completar 42 anos, o Município de Chopinzinho está em franco desenvolvimento, fruto do trabalho e dedicação de seu povo e das autoridades constituídas, merecendo nossas congratulações, bem como os votos de contínuo crescimento.

REQUERIMENTO Nº 3186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Senhor José Crotti, pela passagem de

emancipação política do Município, dia 13 de dezembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência também ao Senhor Vice-Prefeito e Vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Porto Barreiro.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Sinto-me suspeito em falar sobre Porto Barreiro. Afinal, sou o autor do Projeto de Lei que emancipou este município, com território desmembrado de Laranjeiras do Sul.

Por estar sempre sintonizado aos anseios da população de Laranjeiras do Sul, município mãe, em minhas constantes visitas à região pude sentir de perto a expectativa que a população alimentava de tornarem-se independentes. O sonho de ter a educação, a saúde, o saneamento básico, enfim, o sonho de ter mais próximo, várias ações da prefeitura e do governo do Estado, serviam como combustível que alimentava os munícipes na busca ininterrupta de independência.

Sensibilizado com a determinação da população e acreditando que através de municípios fortes poderemos transformar os Estados em Estados fortes, não medi esforços para realizar esta antiga e justa reivindicação.

Após inúmeras visitas que fiz ao IBGE, ao IAP e ao município, finalmente pude dar a minha contribuição, juntamente com os demais pares desta Casa de Leis, e Porto Barreiro teve a sua emancipação pelo Governo do Estado.

Evidente que ao criar o município, gerou uma grande expectativa na população e, foi com o intuito de ver estampado nos rostos de cada pessoa, o sorriso capaz de mostrar uma alegria indisfarçada, por possuir mais perto os benefícios que lhe são garantidos pelas constituições Federal e Estadual, que me municiaram de coragem para chegar a esta conquista.

Evidentemente existe muita coisa para ser feita. O município requer obreiros para obter êxito em sua caminhada, dos orgulhos que possuo em minha estada aqui na Assembléia, eternamente guardei boas lembranças por ter contribuído modestamente com a comunidade de Porto Barreiro.

Jamais medirei esforços para ajudar Porto Barreiro a superar as dificuldades pois o seu sucesso representará para mim a convicção de que minha iniciativa, valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 3188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a inscrição em Ata de um VOTO DE CONGRATULAÇÃO pela posse da nova Diretoria da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas, para o biênio 1997/1999, a qual ficou assim constituída.

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE

Bernardo Guiss

1º VICE-PRESIDENTE

Gilberto Parra

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO DA REGIÃO

Silvestre Paul Júnior

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Amilcar Rafael Greca

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS DO INTERIOR

José Vidal Boaretto

VICE-PRESIDENTE DE EDIFICAÇÕES

Kamal David Curi Filho

VICE-PRESIDENTE DE ENERGIA

Cláudio Bidóia

VICE-PRESIDENTE DE PRIVATIZAÇÃO E CONCESSÃO

Carlos de Loyola e Silva

VICE-PRESIDENTE DE SANEAMENTO

Antonio C. M. Silva

VICE-PRESIDENTE DE TELECOMUNICAÇÕES

Paulo Sérgio M. Silva

VICE-PRESIDENTE DOS TRANSPORTES

Ruy Sérgio Giublin

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS:

Albanor Luiz Leal

Fernando Afonso Gaissler Morcira

Fábio Castelo Branco Gradowski

SUPLENTE:

Hélio Macoto Suzuki

Nelson Sonda

Carlos Afonso Gottschild

Desta decisão, requeiro ainda, seja dada ciência a Diretoria da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) JOELCOIMRA

REQUERIMENTO Nº 3190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES e APLAUSOS, ao Dr. MATHEOS CHOMATAS - Ouvidor Geral da Secretaria de Estado da Saúde, pelos relevantes serviços prestados há mais de treze anos nesta área à sociedade Curitiba e do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Matheos Chomatas, vem há mais de treze anos desenvolvendo um excelente trabalho na área de saúde, dedicando-se integralmente ao atendimento das pessoas mais necessitadas e carentes como profissional abnegado, capaz e correto nas suas decisões, beneficiando não somente a sociedade curitibana, mas a de todo o Estado.

REQUERIMENTO Nº 3191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: "VOTOS DE CONGRATULAÇÕES e APLAUSOS" ao Professor de matemática e Física, Sr. DURVAL M. TEIXEIRA FILHO, pelos relevantes serviços prestados na área de educação à sociedade curitibana e de todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Durval Martins Teixeira Filho, há vários anos vem desenvolvendo em excelente trabalho, como professor especializado em matemática e educação física, beneficiando e ensinando aos alunos das várias instituições educacionais do nosso estado e principalmente de nossa cidade.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao apresentador de televisão Ratinho, pela estreia do Programa "Ratinho Show", na Rede Record, no último Domingo às 14h37, conforme anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao homenageado.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) CÉSAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 3194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Município de Tamarana, alusivo aos 2º aniversário de emancipação político-administrativa a ser comemorado no dia 13 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito Municipal, Senhor Edson Siena, Rua Izaltino da Silva, 643 CEP 86125-000 Tamarana Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Município de Tamarana, alusivo aos 2º aniversário de emancipação política administrativa a ser comemorado no dia 13 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Plínio Pereira de Araújo Júnior. Rua Izaltino da Silva, 643 CEP: 86125-000 Tamarana - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Município de Foz do Jordão, alusivos ao 2º aniversário de criação e 1º administração municipal a ser comemorado no dia 26 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito Municipal, o Sr. Olívio Albino Amancio. Rua Padre Ermílio Barbieri, s/n. CEP: 85145-000 Foz do Jordão - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Município de Foz do Jordão, alusivos ao 2º aniversário de criação e 1º de administração municipal a ser comemorado no dia 26 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Valdir Costa. Rua Padre Ermílio Barbieri, s/n. CEP: 85145-000 Foz do Jordão - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Município de Arapuã, alusivos ao 2º aniversário de emancipação política administrativa comemorado em 08 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Presidente da Câmara Municipal, o Vereador João Caetano de Carvalho. Rua Café Filho, 168. CEP: 86875-000 Arapuã - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Município de Arapuã, alusivos ao 2º aniversário emancipação política administrativa comemorado em 08 de dezembro do corrente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente ao Prefeito Municipal, o Senhor José Pereira da Silva. Rua Café Filho, 168. CEP: 86875-00 Arapuã - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 711/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º da Lei nº 11.877 de 25 de novembro de 1997, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AGRICULTORES DA LINHA MACHADO, com sede e foro no Município de Prudentópolis. (Linha Vicente Machado).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) JOÃO TECHY

PROJETO DE LEI Nº 712/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Escritório Regional do Trabalho no Município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - O Escritório Regional do Trabalho terá como sede o Município de Assis Chateaubriand e abrangerá os Municípios de: Assis Chateaubriand (sede); Jesuitas, Iracema do Oeste; Fomosa do Oeste; Nova Santa Rosa; Nova Aurora; Maripá; Palotina; Brasilândia do Sul; Quatro Centenário; Ubitatã; Terra Roxa e Guaira.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Assis Chateaubriand é notoriamente conhecido como Polo Regional de uma progressiva região.

Neste município já existem unidades descentralizadas de órgãos do Governo do Estado do Paraná e graças a esta descentralização vem funcionando muito bem, a exemplo do Núcleo Regional da Educação local.

É sabido que a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho vem desenvolvendo um trabalho

de grande importância no interior, gerando inúmeras oportunidades de emprego e trabalho.

A implantação do Escritório Regional do Trabalho de Assis Chateaubriand viria dar resposta pela descentralização, às complexas mudanças que estão se processando no mundo do trabalho, por conta da:

- reestruturação produtiva
- globalização da economia

e outros fenômenos correlatos que importam na questão do emprego.

Esta ação encerrada como Política Pública e que cabe ao estado promoverá políticas de geração de emprego e renda, de qualificação profissional e reciclagem profissional, de intermediação de mão-de-obra, com co-responsabilidade dos Conselhos Municipais do Trabalho pertencentes aos municípios da região, já criados e em pleno funcionamento.

Assis Chateaubriand localiza-se, estrategicamente, junto à fronteira com o Paraguai e Municípios como Guaíra enfrentam sérios problemas de trabalho cidadania, típicos de região fronteiriça.

Pela primeira vez na história do Paraná uma Secretaria (SERT) assume a prioridade à questão do emprego, envolvendo nesta ciranda forças até então antagônicas e conseguindo o entrosamento entre Sindicatos Patronais, de empregados, poder público, todos em busca de alternativa que possam minorar o problema da empregabilidade.

Assis Chateaubriand, que já é pólo de uma rica região agro-industrial passaria a constituir sede do 18º Escritório Regional do Trabalho estruturado com os seguintes Municípios:

- 01 – Assis Chateaubriand – oriundo de Cascavel – sede;
- 02 – Jesuítas;
- 03 – Iracema do Oeste;
- 04 – Formosa do Oeste;
- 05 – Nova Aurora;
- 06 – Nova Santa Rosa;
- 07 – Maripá;
- 08 – Palotina;
- todos oriundos de Cascavel,
- 09 – Brasilândia do Sul;
- oriundos de Umuara,
- 10 – Quarto Centenário;
- 11 – Ubitatã;
- oriundos de Campo Mourão,
- 12 – Terra Roxa;
- 13 – Guaíra;
- oriundos de Foz do Iguaçu.

PROJETO DE LEI Nº 713/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Município de Ibaiti, o lote n 05, da quadra 15, da Vila Barra Bonita, na sede do município, matriculado sob n 3.946, do Livro nº 02, do Registro de Imóveis da Comarca de Ibaiti.

Art. 2º - O imóvel que se refere o art. 1º, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Ibaiti, para instalações de serviços municipais, não podendo ter

Curitiba, Terça-feira em 09.12.97

destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O imóvel que pretendemos, através deste projeto de lei, autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Ibaiti tem suas divisas com a Prefeitura Municipal, sendo portanto de localização excelente para as futuras instalações de departamentos municipais, que facilitará com isso, o atendimento da comunidade local com a centralização dos trabalhos da prefeitura.

Como Governo do Estado já demonstrou desinteresse pelo imóvel, estamos contando com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que em muito favorecerá ao Município de Ibaiti e sua população.

PROJETO DE LEI Nº 714/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Prêmio “Estado do Paraná” ao Senhor Waldyr Jansen de Mello.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 09.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação do presente plano de lei é de homenagear o escritor Waldyr Jansen de Mello, que completou em 05 de novembro de 1.997, 52 anos de uma brilhante carreira literária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao ilustre visitante Fanuchi que nos irá brindar com o início desta Sessão Solene.

O SR. FLÁVIO FANUCHI – (Inicia a apresentação com um canto. Faz declamação de “Marcha a Ponta Grossa”):

MARCHA A PONTA GROSSA

Letra: Dario Nogueira dos Santos
Música: José Iteirê de Lima

Pombos adejantes ali,
Da cascavel nas chapadas,
Em colinas do Pitangui,
Poissam asas doiradas.

Salve, salve Ponta Grossa
De verdejantes campinas,
E dos mares e alma nossa
Vem vibrando em tuas colinas.

De grandezas viva fonte

A princesa decantada
Rútila no horizonte
Por ondas verdades, beijada.

Salve, salve Ponta Grossa...

Vozes nossas retumbantes
Proclamam fraternidade,
São mensageiras volantes
Que dão paz à humanidade.

Salve, salve Ponta Grossa...

O sol que doira teus campos
E faz espelhos dos mares,
Guarda a luz dos pirilampos
Que a noite brilha nos ares.

Salve, salve Ponta Grossa...

Os astros não têm fronteira,
Transcendendo na harmonia
Rebrilham a visa inteira,
Saudando a noite ao dia.

Salve, salve Ponta Grossa...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Nossos parabéns e cumprimentos deste Poder ao ilustre artista ponta-grossense Flávio Fanuchi. Sobre a coordenação da nossa amiga Naci, teremos nesse instante a apresentação do Grupo Folclórico Germânico do Clube Princesa dos Campos, o nosso querido e tradicional Verde.

(Apresentação do Folclore).

O Grupo folclórico termina a sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Agradecendo uma vez mais ao grupo comandado pela Nancy, aos seus componentes e diretores, concedo a palavra, em nome deste Parlamento ao ilustre Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO – Senhor Presidente, Luiz Carlos Zuk, Deputado Plauto Miró Guimarães e eu que representamos a população de Ponta Grossa e parcial dos Campos Gerais, prezado amigo, Joel Eloir Macêdo e demais diretores do Grupo Princesa dos Campos, artistas integrantes do grupo folclórico germânico e do Grupo Tradicionalista Estância Nova, demais convidados, Senhoras e Senhores:

“A Assembléia Legislativa do Paraná sente-se honrada em poder prestar esta singela homenagem ao Clube Princesa dos Campos, no momento em que comemora os seus 100 anos de fundação.

O Clube Princesa dos Campos, nosso querido Clube Verde, se constituiu ao longo de sua história como uma das experiências mais bem sucedidas de sociedades beneficentes, recreativas e culturais de todo o Paraná.

Surgido em 1897, dos imigrantes russos-alemães que chegaram a Ponta Grossa no século passado, trazendo em sua cultura uma tradição de trabalho,

simplicidade e ajuda mútua, formou-se como clube beneficente com o propósito inicial de preservação do idioma e dos laços de solidariedade desses imigrantes. Durante sua longa história, ao mesmo tempo em que serviu de inspiração para os outros povos que criaram Ponta Grossa e outros municípios dos Campos Gerais, espalhando clubes recreativos como fonte de lazer e preservação de sua memória cultural, o antigo Clube Operário Benéfico Germânia, foi se adaptando às transformações da cidade e agasalhando em seu seio amplos setores da sociedade ponta-grossense, constituindo-se, sem sombra de dúvida, na síntese mais luminosa e na expressão mais fecunda dos valores de nossa comunidade e de nossa cultura.

O Clube Verde simboliza a Ponta Grossa que sempre foi um encontro de caminhos, um pouso seguro e hospitaleiro, uma comunidade aberta a todos. Por seus salões e parques recreativos passaram várias gerações de ponta-grossenses, que têm no Clube Verde a referência de momentos inesquecíveis e de suas mais caras lembranças.

Nestes 10 anos de existência, são inúmeras as obras realizadas pelo Clube Princesa dos Campos para o auxílio, o lazer e o entretenimento de seus mais de 7.500 associados e para o desenvolvimento cultural da população ponta-grossense e dos Campos Gerais. Desde os primeiros bailes até o mais famoso carnaval de Ponta Grossa, passando pelo Baile das Rosas em homenagem às debutantes, o Verde cresceu e prosperou pelo trabalho e a criatividade de suas 61 diretorias que passaram pelo clube, e que além da obra social realizaram, também ergueram uma monumental sede urbana, além da sede campestre com seus parques aquáticos, quadras esportivas, ginásio de esportes e outros recantos de lazer.

A obra social do Clube Verde, no entanto, não pode ser medida somente por essas obras. A preservação da memória histórica, a preocupação com os valores culturais, a manutenção de grupos folclóricos, a formação e patrocínio de equipes esportivas que até hoje representam nossa cidade em competições estaduais e nacionais, a parceria com órgãos públicos em atividades artísticas, demonstram o altruísmo e o pluralismo que sempre caracterizaram o espírito do Clube Princesa dos Campos.

Por isso, mais do que homenagear um clube recreativo, o que o Poder Legislativo do Paraná faz neste momento é um ato de reconhecimento à dedicação e o esforço daqueles que, como os pioneiros russos-alemães, construíram a civilização dos Campos Gerais, que têm no trabalho seu Dom maior e a solidariedade humana um verdadeiro modo de vida.

Num momento em que a humanidade passa por profundas transformações, que tendem a dissolver e desagregar aquilo que há de mais caro na existência dos povos, que é a sua identidade cultural, esta singela sessão de homenagem ao Clube Verde busca justamente a preservação dessa identidade e da memória cultural dos Campos Gerais enquanto uma das mais importantes regiões do Paraná Tradicional.

Ao ouvir a interpretação da marcha de Ponta Grossa na voz de Flávio Fanucchi e as apresentações do grupo folclórico germânico e da Zaira com seu grupo

tradicionalista gaúcho, me vem à lembrança as palavras do poeta mexicano Otávio Paz:

"A memória não é apenas uma forma nostálgica de voltar ao passado, a capacidade automática de se recordar.

A memória é a forma mais alta da imaginação humana.

Se a memória se dissolve o homem se dissolve."

Ao entregar ao amigo e Secretário do Clube Verde João de Macedo esta placa de reconhecimento do Poder Legislativo ao Clube Princesa dos Campos, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado, gostaríamos de homenagear a todos os seus atuais, ex-diretores e associados por terem construído este verdadeiro clube da solidariedade que, ao lado da generosidade de nossa gente e das belezas dos Campos Gerais, nos orgulham cada vez mais.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO – (Procede a leitura dos termos da placa e a entrega)
(Aplausos)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem) –

Quero me somar, tenho certeza como o nosso Presidente da Assembleia Legislativa em exercício, Deputado Luiz Carlos Zuk, ao discurso e pronunciamento do Deputado Péricles Mello que fez um histórico de existência do Clube Princesa dos Campos. O maior clube de Ponta Grossa, com oito mil associados, um dos maiores clubes do Estado do Paraná. Nós só temos que parabenizar e engrandecer o trabalho que é desenvolvido e a tudo aquilo que é oferecido aos associados. Eu, como representante de Ponta Grossa aqui na Assembleia Legislativa, parabenizar a iniciativa do Deputado Péricles Mello, e ao mesmo tempo me somar ao pronunciamento e a toda a diretoria que está passando seus cem anos de existência. Parabéns a todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Concedo a palavra ao amigo Ivan Vinicius Chagas.

O SR. IVAN VINICIUS CHAGAS – Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Zuk, D.D. Presidente desta Assembleia Legislativa, Excelentíssimo Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.

O Clube Princesa dos Campos – nosso tradicional Clube Verde – chega à honrosa condição daquelas entidades centenárias; período ao longo do qual a beneficência, a cultura, o esporte e o lazer construíram nossa história no seio da sociedade pontagrossense.

1897 a 1997, cem anos de existência, graças a aqueles que, num dado instante, abdicaram de seu individualismo e se dispuseram, desprezivelmente, a participar da corrente que a todos orgulha: a de fazermos, com humildade e dedicação, o melhor e mais tradicional clube do interior do Paraná.

Fundado aos treze dias do mês de dezembro de 1897, sob a denominação do CLUBE BENEFICENTE, mais tarde CLUBE OPERÁRIO BENEFICENTE, o

Clube VERDE teve como seus primeiros bandeirantes, os nomes de: José Lintzmayer, Christiano Schlüetter, João Loth, João Delgmann, Wilh Stegmann, Guilherme Buechner, Max Stoltz, Julio Braune, Alberto Blumenthal, João Goreski, João Grohs, Teodore Schlüetter, Augusto York, Fritz Grohs, Alberto Sanways, Gustavo Prochno e Piu Bach, dentre outros....

Nascido originalmente pelo enorme interesse e esforço de imigrantes alemães, teve o apelido de "Clube dos Osso", por permitir, na sua constituição, a participação de todos os segmentos da sociedade.

No início, uma das condições fundamentais para ser membro do clube era de dominar fluentemente o idioma alemão!

Já vai longe a data do primeiro baile deste clube, ocorrido em 21 de fevereiro de 1898, tendo se constituído como um baile de carnaval, levado a efeito na residência de seu primeiro presidente, o Senhor José Lintzmayer, já que o clube não tinha sede própria. Foi em março de 1900, na presidência do Senhor Gustavo Prochno, que foi adquirido por compra o atual terreno do Clube, tendo sido naquela oportunidade igualmente iniciada a construção da sede...

Após três anos, tendo sua sede concluída, os associados – em forma atravessaram diversas ruas da cidade, e com seu residente entregaram à cidade a sua sede social, com comemorações de muita poupa e muita cerimônia!

Em 11 de setembro de 1906, abateu-se sobre nossa cidade uma "chuva de granizo", o que veio a danificar enormemente a sede do clube, tendo a diretoria ficado com poderes para "entregar o patrimônio do clube em pagamento das dívidas decorrentes".

Foi nessa época que se revelou a dimensão humana e social do Coronel Ernesto Vilela que, em assembleia especialmente designada propôs que o clube continuasse mantendo seu patrimônio, já que ele, na condição de um dos credores, jamais permitiria que a hipoteca fosse executada!

Em 1908, depois de uma memorável assembleia, decidiu-se que o direito de voto seria estendido também a aqueles que não falassem o idioma alemão.

E, 1912 veio a construção da "canha de BOLICHE"...

Registre-se também que, de 1917 a 1919, esteve o Clube Operário Beneficente inativo, em vista da declaração de Guerra do Brasil à Alemanha, tendo-lhe sido, naquela oportunidade, confiscado o prédio.

Em 1929, por proposta de Miguel Berger, teve modificada sua denominação para SOCIEDADE BENEFICENTE GERMÂNICA; e em 1942, por proposta de seu presidente, Senhor José Luvison Sobrinho, passou a denominar-se CLUBE PRINCESA DOS CAMPOS!

A inauguração do Parque Aquático data de 1973, e o majestoso patrimônio, construído essencialmente graças ao apoio de todo quadro associativo se compõe de cerca de cinco mil metros quadrados de área construída na sede social, e uma área de cinquenta (50) hectares em sua sede campestre...

O cognome de VERDE vem, possivelmente, do fato de sua pintura, desde os primórdios, ser estampada nesta cor...

Ao longo destes cem anos, 62 presidentes e diretorias conduziram os destinos do Clube Verde, e os nomes de tais cidades refletem o que de mais positivo e empreendedor poderia ser colhido na sociedade pontagrossense, e por isso mesmo, esta sociedade se constitui no mais flagrante e saudável orgulho que poderia estampar um clube de uma cidade do porte de Ponta Grossa!

Através da Lei 1286 de 26/12/95, a apresentada pelo Deputado Luiz Carlos Zuk e aprovada por esta Assembleia Legislativa o Clube Princesa dos Campos passou a ser considerado instituições de Utilidade Pública Estadual.

Contando atualmente com mais de nove mil sócios, o Clube VERDE é um exemplo efetivo de que os esforços de algumas pessoas, quando a semente é plantada em solo fértil, certamente ensejará uma colheita perene de bons frutos...; e esses frutos convivem hoje com a sociedade pontagrossense, ao ensejo dos cem anos de fundação, sendo a diretoria apenas um elo da corrente, NADA MAIS!

A atual Diretoria do Clube Verde, ciente de que a pujança e desenvolvimento da instituição deve-se exclusivamente à participação realizadora de seu quadro social, que é também quem escolhe seus representantes para gerir os destinos da sociedade, não poderia furtar-se a expressar, em nome de todos que amam o Verde, o reconhecimento e gratidão a todos os ex-diretores, que nos antecederam e com visão, trabalho, amor e dedicação escreveram as páginas que transformaram o Clube Princesa dos Campos numa sociedade forte, respeitada e progressista.

Agradecemos, em nome da Diretoria, e de todo Quadro Social ao Deputado Péricles de Holleben Mello e a todos os Deputados que compõem esta diletta e laboriosa Assembleia, por esta homenagem que nos honra, enriquece e faz reafirmar nossa confiança naqueles que competentemente legislam em nosso Estado, com visão dos valores que realmente engrandecem nosso povo!

Convictos de que a existência do Clube está na medida direta do orgulho que tenhamos da obra construída com esforço e sacrifício de tantos cidadãos que nos antecederam...; Manifestamo-nos honrados em estarmos cumprindo nossa missão!

"Que a força das palavras que constroem e das ações que edificam, nutridas todas elas, pelo néctar do espírito cristão, seja o alimento a elevar esta corrente chamada CLUBE PRINCESA DOS CAMPOS".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – O Grupo Tradicionalista Estância nova sob o comando e coordenação da professora Zaira Maria Padilha e do nosso amigo Dierlei, irá fazer a sua apresentação. Com a professora Zaira no acordeão.

(Grupo faz apresentação).

Agradecemos uma vez mais a concordância dos Senhores Parlamentares, o Presidente Aníbal Khury e essa Mesa Executiva, é com satisfação que nós, além de comemorarmos a existência dos Cem Anos, nas pessoas dos atuais Diretores que aqui se fazem presentes, rememorarmos também aqueles que de alguma forma, já

num plano superior a este nosso material, se encontraram também presentes neste momento comemorando essa efeméride de 100 anos pelo trabalho que realizaram para o clube chegar no estágio em que se encontra.

Encerrada esta parte protocolar e cerimônia dos 100 anos do Clube Princesa dos Campos, passamos ao Horário das Lideranças> PL.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) – Senhor

Presidente, queria me somar, se me permitir V.Exa, a homenagem que se presta ao Clube Verde Ponta grossa. Naturalmente que é uma homenagem bonita porque o Clube tem a sua história, são 100 anos de história. Aqui se apresentaram os artistas que compõem aquela comunidade, aquela sociedade. Há alguns dias atrás nós ficamos muito felizes quando recebemos aqui também a Delegação de Ponta Grossa que anunciava a Festa do Chopp, de Ponta Grossa. Hoje, mais uma vez, a Assembleia se sente feliz, gratificada, porque presenciou uma dança muito bonita dentro deste Plenário e recebeu a visita de ilustres pontagrossenses. Quero desejar a todos as boas-vindas, também, em nome da Bancada do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Sabíamos que não seria outra a forma pela qual V.Exa. e todos os componentes deste Poder assim procederiam.

É com satisfação que em nome do Deputado Duílio Genari, o Presidente da Câmara de Tupacatiuba - Manoel Flores; os Veradores João e José Carlos Maruzi, José Lechinski, que se encontraram conosco nesta tarde, convivendo no ambiente desta Sessão.

Concedo a palavra ao PMDB, PDT, PFL, Lideranças do Governo.

Todas declinam.

PT, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI – Senhor Presidente,

Senhores Deputados, queridos amigos conterrâneos do Estado do Paraná, lá de Ponta Grossa que nos honram com a sua visita, nessa bela homenagem propiciada a um Clube tradicional da nossa querida Cidade dos Campos Gerais capital dos Campos Gerais, sejam bem-vindos a esta Casa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que me traz a esta tribuna é para fazer uma breve reflexão sobre o que nós vamos votar, ainda, nesta Sessão. Na Assembleia Legislativa, nesses últimos 15 dias, nós nos defrontamos com dois problemas que dizem respeito ao Poder Legislativo:

Primeiro problema é com relação as questões do Orçamento do Estado.

A Bancada do PT está entrando esta semana com um mandato de segurança para suspender a tramitação da peça orçamentária no Poder Legislativo do estado do Paraná. Temos uma convicção do que juridicamente devemos ganhar o mandato de segurança através de uma liminar para suspender o trâmite da peça orçamentária, porque ela, fragrantemente, agride a Lei das Diretrizes Orçamentárias, votada pela Assembleia Legislativa em dois artigos fundamentais. E acreditamos que, dificilmente, pelo parecer jurídico que tivemos de advogados conhecedores do assunto, deveremos Ter êxito

no pleito de suspensão do trâmite da peça orçamentária. Além disso, o caso de todos nós, já debatido pelo Deputado Durval Amaral, que acho que exorbitou da sua função de relator da Comissão de Orçamento e incluiu determinadas emendas, rubricas que privilegiam a sua base eleitoral, seus 17 municípios. E, recentemente, a imprensa toda noticia o caso que diz respeito ao Secretário da Agricultura, nosso colega, nosso querido amigo, o Deputado Hermas Brandão em relação aos convênios da Secretaria de Agricultura com os Municípios, no que diz respeito ao repasse de verbas para a construção de melhorias no Programa de Assistência à Pequena Agricultura no Estado do Paraná. Ainda nesta semana, também foi discutido aqui na Assembleia, o posicionamento em relação a uma série de denúncias contra a Secretaria de Agricultura na readequação das estradas rurais no Estado do Paraná. Há um pedido no Tribunal de Contas, do Deputado Federal Padre Roque, há denúncias do Senador Osmar Dias que este Projeto da readequação das estradas foi superfaturado e muitas destas estradas nem sequer foram realizadas, então, há uma série de denúncias a este respeito e eu não sei porque paira um suspense muito grande porque o Tribunal de Contas aprovou, no seu Colegiado, fazer uma auditoria neste programa de readequação das estradas rurais do Estado do Paraná e até agora nada foi feito. Nós vamos interpelar novamente o Presidente do Tribunal de Contas para que ele nos dê uma resposta do porquê que até agora a auditoria não foi realizada nas estradas rurais do Paraná.

Mas, o que me traz a esta tribuna, e quero primeiramente pedir desculpas aos Senhores Deputados pela minha ausência no dia de ontem. Estive em Paranaguá tratando de assuntos relativos aos portuários e ao Porto de Paranaguá e não pude comparecer à Sessão. Ontem foi derrotado um Requerimento que apresentamos aqui no Poder Legislativo para que o Tribunal de Contas fizesse a auditoria em relação ao Programa do qual o Secretário e o nosso querido amigo Miltinho Puppio estão sendo arrolados na imprensa, de desvio de verbas públicas deste programa de melhorias para a Pequena Agricultura. E ontem, pela notícia que eu tenho, este Requerimento foi derrubado pela Assembleia Legislativa, contou com o apoio de apenas 6 Deputados e a maioria dos Deputados de base do Governo negou a possibilidade do Tribunal de Contas investigar, apurar, tomar qualquer providência no sentido de dirimir dúvidas a respeito das denúncias que estão hoje colocadas na imprensa em função de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara de Vereadores da Cidade de Faxinal onde a Juíza e a Promotora quebraram o sigilo bancário tanto do Prefeito quanto do Vereador, do Deputado, de um empresário e do Secretário de Agricultura. Tomei notícia, pela imprensa, que a Assembleia Legislativa, através de um requerimento formulado pelo Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, está votando hoje a possibilidade da formação de uma Comissão Especial para apurar estas denúncias. Gostaria de fazer um apelo aos Senhores Deputados que o Deputado Valdir Rossoni retirasse este requerimento porque se a Assembleia Legislativa tem alguma vontade política de dirimir qualquer dúvida sobre este processo, o caminho correto não é uma

Comissão Especial, o caminho correto é a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que possa requisitar documentos, que possa chamar os técnicos da Secretaria de Agricultura, que possa convocar Prefeitos de todo o interior do Estado, que possa convocar Vereadores, que possa convocar os Empresários que realizaram ou não realizaram obras para que nós possamos ter realmente uma radiografia do que aconteceu com este Programa na Secretaria de Agricultura.

De nossa parte e da bancada do PT, não consultei a Bancada mas gostaria de dizer que nós não vamos votar este Requerimento e não vamos fazer parte desta Comissão Especial. A minha posição pessoal é de que os Deputados não têm que aprovar uma Comissão Especial porque ela não tem poderes para fazer um processo de investigação e apurar se realmente houve alguma responsabilidade sobre as acusações que estão sendo imputadas a um Deputado e um Secretário de Estado. Se for para fazer um processo de investigação, que se opte pelo instrumento jurídico, parlamentar, que tem capacidade do ponto de vista de aprofundar as investigações e ter um resultado transparente para a sociedade. Nós não precisamos tapar o sol com a peneira. Para concluir, Senhor Presidente, nós não vamos criar uma comissão aqui que possa, de alguma forma, pela sua própria constituição, pela sua própria natureza, que não possa chegar a resultado nenhum, seja ele para dizer que sim ou para dizer que não.

De nossa parte, do Partido dos Trabalhadores, nós vamos estar reunidos na Quinta-feira com a direção do PMDB, seu Diretório Regional, vamos estar reunidos com a direção do PSDB e com a direção do PPB, que estamos convocando. De nossa parte nós somos favoráveis a uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E digo mais, nós queremos que o caso do Secretário de Esporte e Turismo que estão comprovados os cheques no City Bank de quatro milhões de reais na conta de Elzir Baggio, na conta de Luiz Antonio e na conta do Ede, somando quatro milhões de reais de propinas da BANESTADO Leasing, nós queremos que a Assembleia Legislativa também apure os procedimentos que arrolam esse Secretário de Estado neste processo.

É este o posicionamento da nossa bancada e fazer um apelo ao Líder do Governo: não coloque em votação porque a Comissão Especial, não achamos que seja um instrumento que possa chegar a qualquer lugar.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Com respeito absoluto com que fala o Deputado Ângelo Vanhoni, apenas para registrar que aqui nós somos colegas, Parlamentares, cada qual tem o seu mandato recebido pelo apoio popular e como Deputados que somos, falo aqui enquanto Líder do PPB, que qualquer entendimento com a Bancada do PPB tem que ser feito com a Bancada do PPB. Nós não estamos autorizando esta conversação em nosso nome. Como Parlamentares que somos estamos dispostos a conversar, mas esta conversa tem que ser feita com a Bancada do PPB.

Portanto, eu gostaria de registrar, em função daquilo que falou o Deputado Vanhoni, porque evidentemente nós estamos aqui à disposição para

conversar. Agora, tudo o que for discutido com a bancada não será aceito pela bancada.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) –

Senhor Presidente, no encaminhamento do requerimento iníci me manifestar. Mas eu queria, sobre a manifestação do Deputado Augustinho Zucchi, deixar claro que o Presidente do Diretório Estadual do PMDB recebeu um telefonema e fez tentativas com o Presidente do PPB, Partido Progressista Brasileiro, o Deputado Federal José Janene, que ao que me consta, pelo Estatuto, é quem fala pelo partido.

Então, acho que o protesto que o Deputado Augustinho Zucchi faz deve ser dirigido ao Presidente do PPB e não ao Deputado Angelo Vanhoni.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) – Para

amenizar e trazer notícia boa na Casa e realmente passar um apagador nas ilustres visitas que nos honram com suas presenças, que isto aqui é natural, é discussão política, mas hoje é satisfação, além dos Cem Anos do Verde, é que Ponta Grossa, pela atenção do nosso Governador Jaime Lerner, assinou Protocolo de Intenções de mais um assentamento de investimentos numa primeira ordem de 50 milhões de dólares e numa Segunda etapa, nobre Presidente Anibal Khury, mais 50 milhões de dólares, totalizando 100 milhões em uma nova empresa, que somada a empresa Continental, da semana passada, alcançamos a cifra de 200 milhões de dólares de investimentos nestes últimos quinze dias em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais.

Testemunho ainda a esta Casa, a este Plenário e a minha Ponta Grossa, de que o Prefeito Jocelito Canto, sabedor das posições que estão sendo tomadas no Senado da República, anunciou publicamente lá no Palácio Iguacu o seu desligamento do PSDB, ficando com o Partido da família do Paraná, com a família de Ponta Grossa para uma parceria, um entrosamento entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal da nossa cidade.

Era esta a notícia que queria trazer a esta Casa.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – A Mesa chama

a atenção dos Senhores Deputados para o Artigo 105 do Regimento Interno: (Lê – O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que lhe solicitar Pela Ordem, mas poderá cassá-la desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos).

Está encerrada a Hora do Expediente:

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 212/96, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 047/96, que institui o Fundo Paraná, destinado a apoiar o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do preceito contido no art. 205, da Carta Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., À EMENDA Nº 01 DE 10/06/97 E CONTRÁRIO AS DE NºS 02 E 03 DE 10/06/97 E DE NºS 01 A 24 DE 15/06/96. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL, APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Emenda substitutiva, último turno, do Projeto de Lei nº 212/96. Senhores Deputados que aprovam o substitutivo conservem-se como estão. Aprovado. O Projeto irá para redação Final.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 359/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que concede o desconto sobre a taxa de estadia devida pelos proprietários de veículos e ou ciclomoteres apreendidos nos pátios do DETRAN – PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovada. (Publ. no D.A. nº 119, de 12.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 359/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Edno Guimarães, visa conceder desconto sobre a taxa de estadia devida pelos proprietários de veículos e/ou ciclomoteres apreendidos nos pátios do DETRAN – Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA – Presidente

JOSÉ TAVARES – Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 359/97

O artigo 1º passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º - A taxa de estadia prevista no anexo da Lei nº 11019 de 28 de dezembro de 1994, incidente sobre veículos e ciclomotores apreendidos nos Pátios do DETRAN - PR, até 31 de dezembro de 1996, fica reduzida a 20% (vinte por cento) do montante devido.

Sala das Comissões, em 25.11.7.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI nº 359/97

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Edno Guimarães que objetiva conceder desconto sobre a taxa de estadia devida pelos proprietários de veículos e ou ciclomotores apreendidos nos Pátios do DETRAN - PR.

Sobre a matéria, podemos observar que a douta Comissão de Constituição e Justiça já emitiu seu parecer favorável na forma de Emenda.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º do art. 33 do Regimento Interno, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Diante do exposto, emitimos nosso Parecer favorável, na forma da Emenda apresentada pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.97.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DUILIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 622/97

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam extintos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, (47) quarenta e sete cargos de Técnico Judiciário do Grupo Ocupacional Intermediário.

Art. 2º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, (06) seis cargos de Administrador, (01) um cargo de contador, (01) um cargo de Economista, (03) três cargos de Programador de Computador que passam a integrar o Anexo I - Grupo Ocupacional Superior da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, e (01) um cargo de Operador de Computador que passa a integrar o Anexo I - Grupo Ocupacional Intermediário da citada lei.

Art. 3º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, (02) dois cargos de Diretor de Departamento, simbologia DAS-3, (01) um cargo de Supervisor do Centro de Assistência Médica e Social, simbologia DAS-4 e (02) dois cargos de Assessor de Diretor, simbologia I-C, sendo os mesmos de provimento em comissão, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31.10.1997.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto tem por finalidade ampliar o quadro de técnicos do Tribunal de Justiça, criando cargos de Administrador, Contador, Economista, Programador de Computador e Operador de Computador.

A criação de (06) seis cargos de Administradores tem por objetivo, atender a descentralização administrativa com a criação de regionais no âmbito do Estado.

Com relação aos demais cargos citados no primeiro parágrafo, justifica-se a criação, tendo em vista o acréscimo dos serviços específicos tais como: a aprovação do Fundo Rotativo, o assessoramento na avaliação dos índices econômicos atualmente utilizados e a crescente informatização do Poder Judiciário.

E considerando ainda a alteração ocorrida na estrutura administrativa do Tribunal de Justiça, criando o Departamento da magistratura e o Departamento de Obras, é indispensável a criação dos cargos de Diretor de Departamento para coordenar os trabalhos que lhes são afetos.

Cumprir destacar que não implicará em aumento de despesa, uma vez que serão extintos (47) quarenta e sete cargos vagos, e que cobrirão suficientemente os gastos da presente proposta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 622/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo alterar a estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciária vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 11.11.1997.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 622/97

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, tem por finalidade alterar a estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário.

FUNDAMENTAÇÃO

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, e como consta da justificativa da mesma que a alteração proposta não implicará aumento de despesas, uma vez que serão extintos 47 (quarenta e sete) cargos vagos, esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum impedimento para a normal tramitação da matéria.

CONCLUSÃO

Sendo assim, nosso parecer é Favorável ao Projeto de Lei nº 622/97.

Sala das Comissões, em 19.11.1997

(a) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/97, autoria do Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha), que dispõe sobre a anistia aos Servidores Públicos Estaduais e dá outras providências. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

(Publ. no D.A. nº 190, de 06.11.97)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de lei nº 633/97.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que destina 10% dos recursos arrecadados do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito, para a Secretaria de Estado da Criança e de Assunto de Família. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 206, de 24.11.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 665/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo destinar 10% dos recursos, arrecadados ao Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito, para a Secretaria de Estado da Criança e de Assuntos da Família.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 02.12.1997.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 665/97

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibal Khury, visa destinar 10% dos recursos arrecadados do Fundo de Reequipamento de Trânsito, para a Secretaria de Estado da Criança e de Assuntos da Família.

FUNDAMENTAÇÃO

A presente matéria passou pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça, e no tocante ao aspecto legal, constitucional, recebendo desta Douta Comissão parecer FAVORÁVEL.

CONCLUSÃO

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão manifestar-se, conforme lhe preceitua o parágrafo 3º do art. 33 do R.I., posicionando-se, igualmente, pelo Parecer FAVORÁVEL à APRECIÇÃO deste Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.1997

(a) ALBANOR GOMES - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei complementar nº 667/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre

a substituição tributária em relação as Operações Relativas ao ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 208, de 25.11.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 667/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo dispor sobre a substituição tributária em relação as operações relativas ao ICMS.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso Parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 02.12.1997.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

DULIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 667/97

RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibal Khury, dispõe sobre a substituição tributária em relação as operações relativas ao ICMS.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto visa o início de um processo mais justo e necessário, pois permite a correção das distorções da aplicação do regime de tributação na fonte do ICMS, adequando a legislação paranaense à lei complementar nº 87/96.

A proposta de lei ora apresentada a consideração deste Parlamento, põe fim a uma série de discussões

judiciais em torno da matéria evitando-se o desgaste na relação Estado do Paraná versus Contribuinte, do Judiciário para com a sociedade que dele necessita, e regulariza o sistema de arrecadação responsável por cerca de 30% da arrecadação estadual do ICMS.

CONCLUSÃO

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão de Finanças manifestar-se, conforme lhe preceitua o parágrafo 3º do art. 33 do R.L., esta Comissão posicionou-se pelo Parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO deste Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.1997

ALBANOR GOMES—Presidente

DUILIO GENARI—Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando anexação do Projeto de Lei nº 667/97, do Deputado Anibal Khury, que objetiva regulamentar a substituição tributária em relação às operações relativas à arrecadação de mercadorias, ao Projeto de Lei nº 244/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, tendo em vista a identidade da matéria. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 674/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 103/97, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes – DER, visando atender despesas no Projeto Estradas Rurais – caminhos da educação. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 211, de 27.11.97, Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 674/97

PARECER:

A mensagem governamental enviada para apreciação junto a esta Comissão, propõe a abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, de forma a atender despesas do Programa Estradas Rurais – Caminhos da Educação e da Produção.

A autorização do Poder Legislativo é imperiosa ante o que dispõe o inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual.

E, a indicação dos recursos correspondentes, consta dos anexos que integram a presente Proposição, em cumprimento a condicionante imposta na mesma disposição constitucional.

Analisando o Projeto de Lei, não se apresentou qualquer vício de ordem constitucional, legal ou regimental, que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis até o final de liberação em plenário, portanto é favorável o Parecer desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 02.12.1997.

(a) JOEL COIMBRA – Presidente

EDGAR BUENO – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 674/97

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em exame, oriundo da mensagem nº103/ 97, de autoria do Poder Executivo, objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes – DER, visando atender despesa no projeto Estradas Rurais – Caminhos da Educação.

FUNDAMENTAÇÃO

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, sendo aprovada. Esta Comissão chamada a opinar, verificou que os recursos solicitados são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão, motivo pelo qual acolhe a presente proposta.

CONCLUSÃO

Diante do exposto somos de parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.1997

(a) ALBANOR GOMES—Presidente

ADEMAR TRAIANO – Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 675/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 101/97, que dispõe sobre aprovação de ajuste do Programa de obras da Secretaria de Estado dos Transportes, no valor de 2.619.914,00 (dois milhões seiscentos e dezenove mil, novecentos e quatorze reais), visando atender as obras dos Projetos Estradas Rurais – Caminhos da Educação e Programa Corredores Rodoviários do Paraná/BID IV. **COM PARECERS FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 211, de 27.11.97, mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 675/97

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, nascido da mensagem Governamental nº101/97, objetiva aprovação de ajuste orçamentário ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes para atender despesas com obras do Projeto Estradas Rurais – Caminhos da Educação e da Produção e Corredores Rodoviários do Paraná.

Considerando que a proposição não fere qualquer disposição da legislação que rege esta matéria, (Lei 4320/64 e alterações posteriores) e também que inexiste qualquer vedação constitucional neste sentido, tampouco regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça é de Parecer FAVORÁVEL ao presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 02.12.1997.

(a) JOEL COIMBRA – Presidente

EDGAR BUENO – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 675/97

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em questão, oriundo da mensagem governamental nº 101/97 visa dispor sobre aprovação de ajustes, no valor de R\$ 2.619.914,00 (dois milhões seiscentos e dezenove mil, novecentos e quatorze reais), visando atender as obras dos projetos Estradas Rurais - Caminhos da Educação e Programa Corredores Rodoviários do Paraná/BID IV.

FUNDAMENTAÇÃO

A matéria veio a receber aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, considerando que a mesma não se encontra em desconformidade com a legislação pertinente, (Lei 4320/64 e alterações posteriores), bem como inexistem óbices de natureza regimental e constitucional referentes à proposta em análise.

CONCLUSÃO

Neste sentido, ao ser chamada esta Comissão de Finanças a opinar em conformidade com o art. 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, vem fazê-lo no sentido de aprovar a medida, emitindo pois Parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 675/97.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.1997

(a) ALBANOR GOMES - Presidente
DUILIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/97, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 380.175,00 (trezentos e oitenta mil cento e setenta e cinco reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 211, de 27.11.97, mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 676/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei em exame nascido da mensagem Governamental nº 106/97, objetiva aprovação de crédito suplementar ao vigente orçamento da FUNDEPAR.

A necessidade da autorização legislativa para a alteração orçamentaria proposta, decorre de imperativo constitucional (art. 135, inciso V), que também impõe sejam indicados os recursos para a devida cobertura. Providência tomada nos anexos que acompanham a proposição.

Portanto, em consonância com os mandamentos constitucionais, legais e regimentais, está o Projeto de Lei em condições de receber Parecer FAVORÁVEL desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 02.11.1997.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 676/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 106/97), tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 380.175,00 (trezentos e oitenta mil, cento e setenta e cinco reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional.

O Plano de Lei em análise, foi aprovado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, por encontrar-se devidamente fundamentado.

No que cabe a esta Comissão de Finanças analisar, constatamos que este encontra-se em condições de prosseguir sua normal tramitação.

Portanto, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.12.1997.

(a) ALBANOR GOMES - Presidente
ADEMAR TRALANO - Relator

Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Para discutir Senhor Presidente.

Eu peço para encaminhar a votação. Este Projeto de Lei mandado pelo Poder Executivo, entre outras coisas, acaba com uma das emendas que nós colocamos quando se trata de investimentos para a educação, prédios escolares. Esse Projeto, como tantos outros, sempre vem no final do ano, e as emendas que nós brigamos com o relator, aqui internamente nós fizemos o nosso pleito, é colocado no orçamento, tirado recurso de algum lugar, é alocado para essa emenda. E o Governo, não preocupado com o interesse do desenvolvimento da educação, ampliação de uma escola que está caindo, a escola chada de Artur da Costa e Silva, retira e nega investimentos para essas escolas, colocando em rubricas que são genéricas. Portanto, o meu voto é contrário a isso por não estar respeitando a emenda dos Senhor Parlamentares e que o Governo agora manda para nós, a nós mesmos retirarmos essas emendas. Continuo votando com a minha emenda com o recurso para as escolas do Paraná. Voto contrário a este Projeto de Lei Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovada. Contra o voto do Deputado Colombo.

Sobre a mesa, requerimento nº 3183, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3184 e 3185, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3186, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3188, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3190, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3192, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3191, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3194 a 3199, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3173, de autoria dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti, constante expediente de sessão anterior.- **Aprovado.**

Para Encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Requerimento do Deputado Valdir Rossoni, apoiado por outros Senhores Deputados tem amparo regimental, porque o nosso regimento prevê a possibilidade de se propor a instalação de Comissões Especiais. Tem sido tradição desta Casa, em diversos assuntos, a apresentação de requerimentos dessa natureza e a constituição de Comissões Especiais para a análise de determinados assuntos.

No entanto, para o assunto que se propõe esta Comissão, nós entendemos que esse não seja o melhor caminho. Afinal de contas aquilo que a imprensa vem noticiando, que noticiou a todos nós através de um relatório a juíza de Faxinal e a Câmara de Vereadores de Faxinal, certamente não será através de uma Comissão Especial, que nós chegaremos ao devido e necessário esclarecimento, para se for o caso, inocentar os dois Deputados, para se for o caso, responsabilizá-los.

O caminho para assuntos como esses está previsto no nosso regimento. Está previsto que em casos como este possamos nós propor a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem poderes muito mais definitivos, esclarecedores e afirmativos que uma Comissão Especial.

Uma Comissão Especial pode no máximo pedir que se envie determinados documentos, convidar pessoas para vir prestar esclarecimentos. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito não pede, requisita documentos. Ela não convida pessoas, as convoca. Ela tem o poder de requisitar e, na maioria das vezes, é deferido esse pedido, a quebra do sigilo bancário dessa ou daquela pessoa, desse ou daquele organismo.

Por essa razão que nós entendemos que se existe um caminho para que nós possamos esclarecer, em definitivo, essas dúvidas que pairam hoje pela imprensa do Estado do Paraná, que são dúvidas que realmente queremos que sejam esclarecidas para o bem dessa própria Casa, já que temos uma convivência respeitosa, harmônica e até de parentesco com as pessoas que estão sendo hoje acusadas.

Queremos que não se faça uma Comissão Especial, mas que se faça uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que todos nós possamos ver este assunto devidamente esclarecido e elucidado. Entendemos que a Comissão Especial não é o caminho para se entender assuntos dessa natureza e denúncias dessa envergadura.

Por essa razão é que nós conclamamos aos Senhores Deputados do OMDB que votem contrariamente à formação dessa Comissão Especial.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Para Encaminhar?

(Assentimento)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Requerimento para criar a Comissão Especial de Inquérito, chego a achar que é uma comissão para passar um certificado de santidade a quem está sendo acusado de irregularidade no exercício do Poder Legislativo ou no Poder Executivo.

Uma Comissão Especial de Inquérito não tem o poder de requisitar documentos, como assim Ter uma CPI. A comissão pede documentos e se o Secretário ou a autoridade da área achar por bem encaminha os documentos.

Esta Comissão não tem o poder de convocação de nenhuma das autoridades. Formula convites e se negado fica-se no convite e na negação.

Se, por acaso, constatar qualquer irregularidade que necessita quebra de sigilo bancário, também não pode fazer. Então por que Comissão Especial? Como Bancada de oposição neste Governo e também no anterior, quero lembrar aos Senhores Deputados, como o Deputado Valdir Rossoni, que houve uma Comissão Especial sobre o porto de Paranaguá. E tal Comissão Especial, Deputado Rossoni, V.Exa. lembra, não deu nada. O Presidente era o Deputado Mário Bezerra, deu em nada porque não tinha poderes, era uma Comissão sem poder.

Se nós já temos a experiência, neste Poder, de Comissões com este caráter, por que criar outra? Lembro que V.Exa., como Bancada de oposição, naquela ocasião, questionava o Deputado Bezerra esperneava, porque a Comissão não funcionava. Estivemos no Porto de Paranaguá e não conseguimos absolutamente nada. Inclusive a sua assessoria, que na ocasião trabalhava na Ouvidoria, sabia das irregularidade e tal Comissão não buscava nada.

O importante é uma CPI e para isso pode contar coma Bancada do Partido dos Trabalhadores, nem precisa de 18 assinaturas. Qualquer dos Senhores Parlamentares que faça o requerimento nós votaremos no Plenário favorável as esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por isso a Bancada do PT cota contra a Comissão Especial que se deseja formar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento, **APROVADO**, com os votos contrários do PT e do PMDB.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Clube Princesa dos Campos, através da sua diretoria queria prestar uma homenagem a V.Exa. com sendo a sua pessoa o testemunho dos 53 Deputados pela perseverança do propósito daquele Clube que é patrimônio de Ponta Grossa.

Através de V.Exa. estão os diretores e antes do término da Sessão querem passar às suas mãos uma lembrança, como agradecimento.

APLAUSOS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para Quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 359, 622, 665/97

do de Lei Complementar nº 667, 674, 675 e 676/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 201/96; 372 e 569/97.

Levanta-se a sessão.